



POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO EM SÍNTESE

SETEMBRO 2017 | N.º. 34
conservation-strategy.org

AUTORES:

PEDRO GASPARINETTI
AARON BRUNER
THAÍS VILELA



APOIANDO O DESENHO DA NOVA LEI DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL DO DISTRITO FEDERAL

Políticas de compensação de biodiversidade buscam evitar que projetos de desenvolvimento gerem um saldo negativo sobre a biodiversidade, de modo que as perdas devam ser compensadas por ganhos ecologicamente equivalentes. Apesar de sua boa intenção, a atual Lei de Compensação Florestal no Distrito Federal (Decreto nº23.510 de 31 de dezembro de 2010) vem sendo criticada por impor custos elevados aos agentes responsáveis pela supressão vegetal, ao mesmo tempo em que seus benefícios ambientais podem não ser garantidos. Diante deste contexto, uma nova lei de compensação florestal está sendo proposta pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF) em conjunto com o Grupo de Trabalho de Legislação da Aliança Cerrado. A análise aqui apresentada mostra que a nova proposta de lei pode reduzir significativamente os custos, ao mesmo tempo em que maximiza ganhos ambientais – uma situação de “ganha-ganha” para a conservação e para as atividades produtivas.



O Cerrado. Foto: Pedro Gasparinetti

O estudo realizado buscou incluir na proposta de política duas mudanças em relação à lei atual. A primeira consiste na possibilidade de compensar a supressão de árvores não só por meio da restauração, como anteriormente, mas também pela conservação de áreas de vegetação nativa. A segunda mudança é o uso de taxas de compensação, que variam segundo as qualidades ecológicas das áreas suprimidas e compensadas dependendo: do estado de conservação do solo; da proporção de espécies invasoras; da relação com recursos hídricos; e da raridade da fitofisionomia.

Objetivo da pesquisa

Com o objetivo de garantir que a área total desmatada seja ecologicamente equivalente a área restaurada ou conservada, o trabalho calculou as importâncias relativas (pesos) dos critérios ecológicos utilizados para a definição das taxas de compensação. Os pesos foram calculados com base no método de valoração econômica chamado Experimento de Escolha. Nele, cenários formados por critérios ecológicos em diferentes configurações são comparados em conjuntos de escolha, em que cada participante do experimento assinala a alternativa que seria mais importante de ser conservada ou recuperada. As respostas são estatisticamente interpretadas para gerarem os pesos dos critérios, sendo resultado de um total de 600 comparações de cenários feitas pelos participantes deste estudo, especialistas no bioma Cerrado.

Os pesos foram calculados separadamente para a “prioridade para conservação” e para a “prioridade para restauração” - ao contrário da prioridade para conservação, a qualidade ambiental é negativamente relacionada à prioridade de restauração (áreas com baixa qualidade tem maior potencial de ganho ecológico caso sejam recuperadas). Os resultados mostram que, em ambos os casos, o estado do solo é o critério de maior peso - resultado esperado em função da importância do solo para o suporte dos demais serviços ecossistêmicos. A proporção entre vegetação nativa e espécies exóticas e a proximidade

a recursos hídricos aparecem na sequência, com magnitudes diferentes para conservação e restauração. A raridade da fitofisionomia foi o critério de menor peso dentre os quatro atributos avaliados.

padrão ecológico e para que a compensação seja priorizada em áreas com alto potencial de ganho ecológico, o que pode levar a custos ainda mais reduzidos.

Significância política

O estudo foi anexado como insumo técnico à proposta de decreto pela Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal. Assim a CSF vem contribuindo ativamente para a formulação de políticas públicas inovadoras no Brasil, capazes de garantir ganhos ambientais, diminuir os custos econômicos, e incentivar o uso de áreas de boa qualidade ecológica para a compensação via conservação e o uso de áreas de baixa qualidade para a compensação via restauração.

Exemplos de Cenários para Priorização de Conservação				
Atributos				Valor Relativo*
Solo	Vegetação	Raridade	Rec. Hídricos	
Conservado	>70% nativa	Sim	Sim	5
Conservado	>70% nativa	Não	Sim	4
Conservado	>70% nativa	Sim	Não	3
Conservado	>70% nativa	Não	Não	2
Erosão	30% < Exóticas <70%	Sim	Sim	1
Sem solo	< 30% nativa	Não	Não	

A partir dos resultados, é possível construir uma lista com a ordenação de áreas prioritárias para restauração e conservação¹ segundo as combinações das características ecológicas, permitindo inclusive a comparação dos ganhos em se evitar o desmatamento de áreas conservadas com o ganho de se restaurar áreas degradadas. Na tabela “Exemplo de cenários para priorização de conservação” são apresentadas diversas combinações de atributos e as respectivas pontuações. Áreas próprias para conservação são aquelas com maior valor ecológico relativo. As áreas com valor menor podem ser usadas para compensação por meio de restauração.

¹Aqui são apresentadas apenas as tabelas com os resultados dos cenários para compensação por conservação. Tabelas similares foram feitas para compensação por restauração.

²Este valor foi obtido com base no custo de restauração da política atual, que pressupõe uma taxa de 30:1. Para o cálculo, consideramos o desmatamento de uma área de baixa densidade – com 625 indivíduos arbóreos por hectare – e o preço da muda igual a R\$ 40. Com base nestes valores, chegamos ao custo da política atual igual a $750.000 = 30 * (625 * 40)$.

Dadas as taxas flexíveis, haveria a possibilidade de que, por exemplo, um hectare de área de baixo valor fosse trocado por menos de um hectare de área de alto valor ecológico. Isso iria contra os objetivos da política, que anteriormente requirava que para cada árvore retirada fossem plantadas 30 novas árvores. Visando abordar essa questão, o estudo propõe que todas as taxas de compensação brutas obtidas segundo a equivalência ecológica sejam multiplicadas por 7, o que também

Número de hectares requeridos para compensação de acordo com os valores das áreas desmatadas e compensadas							
		Valor de Conservação da Área Desmatada					
		5	4	3	2	1	
Valor de Conservação da Área Compensada	5	7.0	5.5	3.2	1.8	1.1	
	4	8.9	7.0	4.0	2.3	1.3	
	3	15.4	12.1	7.0	4.0	2.3	
	2	26.9	21.1	12.2	7.0	4.1	
Fora do limite para conservação		1	46.2	36.3	21.0	12.0	7.0

contribui para ganhos ambientais adicionais. Os resultados são apresentados na tabela “Número de hectares requeridos para compensação”. Os valores da área a ser desmatada são apresentados na coluna e os valores da área a ser compensada são apresentados na linha. A multiplicação por sete além de manter a estrutura de incentivos original, garante uma maior margem de proteção contra os riscos de eficácia política. Neste caso, o empreendedor tem a liberdade e o interesse econômico de se posicionar na parte superior direita da tabela ao invés da parte inferior esquerda por exemplo.

Análise econômica

A proposta é economicamente viável. Considerando um exemplo de compensação do desmatamento de 1 hectare, o custo de restauração de uma área com potencial ecológico equivalente via plantio de mudas seria de R\$175.000 (para os 7 hectares requeridos). Um custo de compensação por conservação, R\$133.000. Para fins de comparação, o custo da política anterior é igual a R\$750.000 por hectare desmatado, demonstrando uma redução expressiva de custo que ao mesmo tempo garante ganhos ambientais.² Além disso, as taxas de compensação flexíveis geram incentivos econômicos para que se priorize o desmatamento em áreas de baixo

As opiniões expressas são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente as opiniões da Conservações Estratégica ou de seus parceiros na realização do estudo.

O estudo completo pode ser encontrado em www.conservation-strategy.org/publications

APOIO:



REALIZAÇÃO:



1160 G St, Suite A-1
Arcata, CA 95521
T: 707.822.5505
F: 707.822.5535

www.conservation-strategy.org